

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2018  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2018  
PROCESSO Nº 04905.002037/2017-96**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO  
E GESTÃO E A EMPRESA CELERIT  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP**

A União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “K” – CEP: 70040-906, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.489.828/0003-17, por meio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.232, de 07 de dezembro de 2017, e o Regimento Interno aprovado pelo Anexo II da Portaria nº 8, de 2018, neste ato representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, Senhor WALMIR GOMES DE SOUSA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 666.020, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 334.034.061-72, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado pela Portaria nº 1.625, de 03 de agosto de 2016, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no D.O.U. de 04 de agosto de 2016, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **CELERIT SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **02.298.314/0001-48**, sediada na Rua Visconde de Sepetiba, 935 – Salas 1301 e 1302 – Centro - CEP 24020-206 – Niterói/RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Comercial, Senhor CARLOS ROBERTO VISSER, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 5.966.744-4, expedida pelo DETRAN-RJ, e CPF nº 776.575.277-49, residente e domiciliado em Niterói/RJ, tendo em vista o que consta no Processo nº 04905.002037/2017-96 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 12/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestar serviços de assistência técnica em todo território nacional, mediante a manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, para os equipamentos/ativos de rede pertencente a CONTRATANTE, pelo período de 12 (doze) meses e com possibilidade de renovação até 60 (sessenta) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
  - 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;
  - 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE; e
  - 2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
  - 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o lote 1.

Lote	Item	Descrição	Qtde.	Valor Mensal Estimado (R\$)	Valor Anual Estimado (R\$)
01	01	Assistência técnica para servidor de rede DELL modelo T610	17	2.465,00	29.580,00

<b>Lote</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Valor Mensal Estimado (R\$)</b>	<b>Valor Anual Estimado (R\$)</b>
	02	Assistência técnica para servidor de rede DELL modelo T620	05	845,00	10.140,00
	03	Assistência técnica para servidor de rede DELL modelo R710	04	845,00	10.140,00
	04	Assistência técnica para servidor de rede DELL modelo T310	04	845,00	10.140,00
<b>Total Lote 1</b>				<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: SPU  
 Fonte: 0100  
 Programa de Trabalho: 2038.20U4  
 PI: 1201218i012

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

- 5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- 5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do Recebimento Provisório e Definitivo do serviço, nos seguintes termos:
  - 5.2.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
  - 5.2.1.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o Fiscal Técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do contrato.
- 5.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
  - 5.3.1.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 5.3.1.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 5.3.1.3. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 5.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.7. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.
- 5.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

- 5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.10. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.
- 5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 5.13.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.14. Os equipamentos que estão cobertos pela garantia da fabricante não serão faturáveis até que esta esteja encerrada.
- 5.15. Após o encerramento da garantia da fabricante, a CONTRATADA poderá dar início ao atendimento do objeto licitado onde poderá faturar de forma pró-rata, caso o encerramento ocorra dentro do mês.
- 5.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 5.17. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Termo de Referência.



- 5.18. A CONTRATANTE realizará adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas, que dar-se-á de acordo com os indicadores de Níveis Mínimos de Serviços (NMS) obtidos pela CONTRATADA.
- 5.19. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Neste caso, a CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.
- 5.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1. Os preços poderão ser reajustados, para mais ou para menos, a cada 12 (doze) meses contados da data limite da apresentação da proposta, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ocorrida no período, ou outro indicador que o venha a substituir, calculado mediante a seguinte fórmula:

$$R = (V \times (I - I_0)) / I_0$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sub>0</sub> = Índice inicial – refere-se ao índice correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo à data do reajuste

- 6.2. O período mínimo de 1 (um) ano para o 1º (primeiro) reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório.

- 6.3. O reajuste é direito da CONTRATADA e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro contratual, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.
- 6.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento.
- 6.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
  - 6.5.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
  - 6.5.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 6.6. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 6.1.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 7.1. A CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE.
  - 7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
  - 7.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.
- 7.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 7.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - 7.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - 7.3.2. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e



77 -

- 7.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 7.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.6. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA (inserido pela IN nº 05/2017).
- 7.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.9. Será considerada extinta a garantia:
- 7.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante Termo Circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 7.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;

- 9.2. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, desde que identificado e incluído na relação de técnicos autorizados, o acesso às dependências da CONTRATANTE, respeitadas as normas de segurança vigentes;
- 9.3. Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços contratados, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CONTRATANTE;
- 9.4. Comunicar à CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional que seja considerado inadequado para o exercício da função;
- 9.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias, após a aceitação dos serviços faturados;
- 9.6. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da CONTRATADA, conforme determina a Lei, antes de efetuar o pagamento devido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução contrato;
- 10.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 10.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 10.5. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- 10.6. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
  - 10.6.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
  - 10.6.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

- 10.6.3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.
- 10.7. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, peças, componentes, acessórios e materiais de consumo necessários à perfeita operação e funcionamento dos equipamentos e instalações, conforme recomendado nos manuais dos fabricantes;
- 10.8. A CONTRATADA deve disponibilizar Central de Atendimento para abertura dos chamados, por meio de número telefônico 0800 gratuito ou número local nas localidades relacionadas no ANEXO V do Termo de Referência, bem como um canal de comunicação por e-mail e por meio de um portal na Internet (site), comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema/solicitação;
- 10.8.1. A CONTRATADA deverá planejar, estruturar, implantar e operacionalizar uma Central de Atendimento via Internet (ITSM) para abertura de chamados com os seguintes objetivos:
- a) Ser o ponto único de contato com os usuários de TI da CONTRATANTE, podendo estes serem terceirizados ou não, para o registro de incidentes, problemas, dúvidas e requisições relacionadas à utilização dos serviços de TI, atuando como primeira instância de atendimento aos usuários;
  - b) Registrar as informações sobre os chamados de forma a possibilitar a resolução adequada, a obtenção de dados estatísticos e tomada de decisão gerencial;
  - c) Coordenar as atividades necessárias para restaurar a operação normal dos serviços de TI com base nos níveis de serviços Registrar e acompanhar todos os incidentes e solicitações de serviço visando o cumprimento do Nível Mínimo do Serviço Exigido - NMSE;
  - d) Supervisionar a resolução de todos os incidentes, qualquer que seja a fonte inicial. Quando o incidente for resolvido, a Central de Serviços deve assegurar que o registro do chamado tenha sido completado, esteja correto e que a resolução tenha sido aceita pelo usuário;
  - e) Fornecer ao usuário informações sobre o andamento dos chamados por ele abertos,
- 10.8.2. À CONTRATADA também compete a manutenção ao sistema de ITSM fornecido, da base de conhecimento, bem como o fornecimento dos equipamentos (computador, impressora, papel, cartuchos), ferramentas de trabalho e suprimentos necessários para os equipamentos e para o desempenho de suas atividades;

- 10.8.3. Os dados relativos ao registro e atendimento de solicitações de usuários deverão ser mantidos atualizados no ITSM fornecido pela CONTRATADA, e serão utilizados com o objetivo de obter informações para a emissão dos relatórios gerenciais mensais e para a fiscalização do cumprimento dos níveis de serviço e das obrigações contratuais.
- 10.9. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo deslocamento dos técnicos às instalações da CONTRATANTE, pela retirada e entrega de equipamentos, assim como pelas despesas de transporte, frete e seguros correspondentes;
- 10.10. O(s) técnico(s) designado(s) para a execução do serviço deverá(ão) comparecer ao local de atividade devidamente credenciado(s) e portando crachá de identificação fornecido pela CONTRATADA;
- 10.11. A CONTRATADA deverá comprovar no momento da assinatura do contrato a realização, ou a programação, de capacitação pelo fabricante dos técnicos que irão atuar nesta contratação;
- 10.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento por técnicos especializados para solução de problemas, sem limitação para o número de chamados e para todas as peças e componentes dos equipamentos contratados;
- 10.13. A CONTRATADA e seus colaboradores deverão manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos;
- 10.14. A CONTRATADA deverá garantir a segurança e autenticação de seus empregados através da identificação individual de seus técnicos, coordenador e preposto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Falhar na execução do contrato;
- 11.1.4. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.5. Não mantiver a proposta;



- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.7. Cometer fraude fiscal.
- 11.2. Para os fins do item 11.1.6, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993;
- 11.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 11.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
  - 11.3.2. Para as condutas descritas nos subitens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
  - 11.3.3. Para os fins dos subitens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e, será aplicada a multa nas seguintes condições:
    - 11.3.3.1. No caso de descumprimento do prazo de solução dos chamados técnicos, de acordo com o item 3.1.8 do Termo de Referência, fica a CONTRATADA sujeita à multa no valor de 2% (dois por cento) do valor do serviço de assistência técnica contratado para o equipamento em questão, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do serviço de assistência técnica contratado para o equipamento em questão, quando serão propostas outras medidas administrativas previstas no Termo de Referência;
    - 11.3.3.2. No caso de atraso na recuperação de equipamentos, de que trata o item 3.1.12.4 do Termo de Referência, fica a CONTRATADA sujeita a multa no valor de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, por dia até a data da sua recuperação, até o limite de 20% (vinte por cento), quando serão propostas outras medidas administrativas previstas no Termo de Referência;
    - 11.3.3.3. No caso de atraso no fornecimento de um equipamento novo, de que trata o item 3.1.12.5 do Termo de Referência, fica a CONTRATADA sujeita a multa no valor de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, por dia até a data da entrega do novo equipamento, até o limite de 20% (vinte por cento), quando serão propostas outras medidas administrativas previstas no Termo de Referência;
    - 11.3.3.4. No caso de descumprimento total do contrato, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória no valor de 20%

(vinte por cento) do valor contratado, sem prejuízo de outras medidas administrativas previstas no Termo de Referência;

- 11.3.3.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
  - 11.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
  - 11.3.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
  - 11.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 11.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;
  - 11.5. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
  - 11.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA a CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa;
  - 11.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
    - 11.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
    - 11.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
    - 11.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.
  - 11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade;

11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

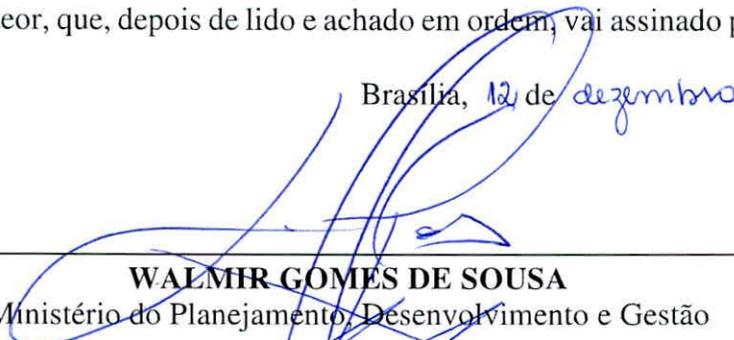
Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

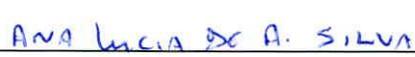
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

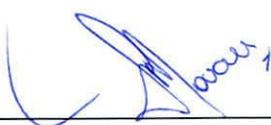
Brasília, 12 de dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**WALMIR GOMES DE SOUSA**  
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

  
\_\_\_\_\_  
**CARLOS ROBERTO VISSER**  
Celerit Serviços de Informática Ltda. – EPP

#### TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: ANA LUCIA DE A. SILVA  
CPF: 072.813.187-07  
Identidade: 11.009.277-2

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Te. Esinha Mendes Novais  
CPF: 150.237.291-68  
Identidade: RG: 3238362 IFF-RJ

Anexo I

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SUA LOCALIZAÇÃO

1. Equipamentos por Unidade

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

Seq.	Estado	Fabricante	Modelo	Nº de Série/ Service Tag
1	AC	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MM
2	AL	DELL	POWEREDGE T610	HLTD2V1
3	AM	DELL	POWEREDGE T610	JJQ62V1
4	AP	HP	PROLIANT ML350	BRC51067
5	BA	DELL	POWEREDGE T610	79P62V1
6	CE	DELL	POWEREDGE T610	DHP62V1
7	DF	DELL	POWEREDGE R710	9YDW8V1
8	DF	DELL	POWEREDGE R710	9YFY8V1
9	DF	DELL	POWEREDGE R710	9YF19V1
10	DF	DELL	POWEREDGE R710	9YFS8V1
11	ES	DELL	POWEREDGE T610	DJP62V1
12	GO	DELL	POWEREDGE T620	963TZX1
13	MA	DELL	POWEREDGE T610	FGF82V1
14	MG	DELL	POWEREDGE T610	JZ7KV1
15	MS	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N0

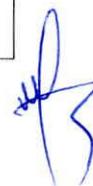
16	MT	DELL	POWEREDGE T610	7X7K2V1
17	PA	DELL	POWEREDGE T610	JFG82V1
18	PB	DELL	POWEREDGE T610	75MB2V1
19	PE	DELL	POWEREDGE T610	HSMB2V1
20	PI	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MT
21	PI-PA	HP	PROLIANT ML350	BRC51067NF
22	PR	DELL	POWEREDGE T610	H67G2V1
23	RJ	DELL	POWEREDGE T620	CKHW2V1
24	RN	DELL	POWEREDGE T620	HV4NZX1
25	RO	HP	PROLIANT ML350	BRC51067NE
26	RR	DELL	POWEREDGE T620	G33SZX1
27	RS	DELL	POWEREDGE T610	5F7K2V1
28	SC	DELL	POWEREDGE T610	8G6K2V1
29	SE	DELL	POWEREDGE T620	433SZX1
30	SP	DELL	POWEREDGE T610	HR6G2V1
31	SP	DELL	POWEREDGE T610	HR6G2Z1
32	TO	DELL	POWEREDGE T610	HJ6G2V1

**SAMP - Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

Seq.	Estado	Fabricante	Modelo	Nº de Série/ Service Tag
1	AC	DELL	POWEREDGE T310	2ZP07S1
2	RR	DELL	POWEREDGE T310	GYP07S1
3	AP	DELL	POWEREDGE T310	BZP07S1
4	RO	DELL	POWEREDGE T310	7ZP07S1

**MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

Seq.	Estado	Fabricante	Modelo	Nº de Série/ Service Tag
1	DF	HP	PROLIANT ML350	754536-B21
2	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067ND
3	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N6
4	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067NC
5	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N9
6	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MW
7	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N8
8	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N7
9	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MR
10	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MY
11	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N4



12	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N3
13	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067NB
14	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N2
15	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067N5
16	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MV
17	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MN
18	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MX
19	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067MS
20	DF	HP	PROLIANT ML350	BRC51067NA

## 2. Especificação Técnica Resumida (por modelo) e Data de fim de garantia

### 2.1. Modelo HP Proliant ML 350

2.1.1. 02 (dois) Processadores Intel Xeon® E5-2637

2.1.2. Memória RAM de 64GB DDR4 (distribuídos em 4 módulos de 16GB cada)

2.1.3. 06 (seis) discos SAS de 600GB, 10.000 RPM, 3.5" hot-plug

2.1.4. 1 (uma) Unidade de Fita LTO5

2.1.5. 4 (quatro) fontes de alimentação 870W

**2.1.7. Data de Fim de Garantia: Abril/2019**

### 2.2. Modelo POWEREDGE T610

2.2.1. 2 (dois) Processadores Intel Xeon® E5645, 2.4/5.86, 12MB, XWM, B1

2.2.2. Memória RAM de 64GB Memória(8x8GB), 1333MHz AECC

2.2.3. 6 (seis) discos de 600GB 15K RPM SAS 6Gbps 3.5in Hot-plug Hard Drive

2.2.4. 2 (duas) fontes POWER SUPPLY, 870W, REDUNDANT, EMERSON, V4

2.1.5. 1 (uma) Unidade de Fita LTO5

**2.2.6. Data de Fim de Garantia: Junho/17**

### 2.3. Modelo POWEREDGE T620

2.3.1. 2 (dois) Processadores Intel Xeon® E52620, 2.0, 15M, SNB, 95W, C2

2.3.2. Memória RAM de 64 GB (08 MEMORY MODULE, 8GB, 1600, 1RX4, 4G, DDR3L, R)

2.3.3. 6 (seis) discos de 600G, SAS6, 15K, 3.5, S-EG, E/C

2.3.4. 2 (duas) fontes POWER SUPPLY, 750WP, REDUNDANT, DELTA PRODUCTS

2.3.5. 1 (uma) Unidade de Fita LTO5

**2.3.6. Data de Fim de Garantia: Setembro/17**

#### **2.4. Modelo POWEREDGE T310**

2.4.1. 1 (um) Processador Intel Core I3 540 3.06GHz, 4M Cache, 2C/4T

2.4.2. Memória RAM de 8GB Memory (4x2GB), 1333MHz Dual Ranked UDIMM

2.4.3. 2 (duas) fontes Power Supply, Redundant, 400W

2.4.4. 1 (um) disco de 500GB e 1(um) disco de 2TB.

**2.4.5. Data de Fim de Garantia: Outubro/14**

#### **2.5. Modelo POWEREDGE R710**

2.5.1. 2 (dois) Processadores Intel Xeon® E5645 2.40GHz

2.5.2. Memória RAM de 128GB 1333Mhz (8 x 16GB)

2.5.3. 8 (oito) discos de 600GB SAS

2.5.4. 2 (duas) fontes de 870W

**2.5.5. Data de Fim de Garantia: Junho/17**



## ANEXO V - Endereços

A CONTRATANTE reserva-se o direito de alterar a qualquer momento o endereço de suas localidades sem aviso prévio a CONTRATADA

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ACRE - SPU/AC

Rua Amazonas, nº 115 - Cerâmica - Rio Branco /AC - CEP: 69.905-074

Telefones:

Geral: (68) 3223-1784

Gabinete: (68) 3223-9840

E-mail: spuac@planejamento.gov.br

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM ALAGOAS - SPU/AL

Praça Dom Pedro II, nº 16 - Centro - Maceió / AL - CEP: 57.020 -130

Geral: (82) 3311-2607

Gabinete: (82) 3326-2659 / 5325

E-mail: spual@planejamento.gov.br

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAZONAS - SPU/AM

Rua Marechal Deodoro, nº27, 14º andar - Centro - Ed. do Ministério da Fazenda (sede)

CEP: 69.005 - 000

Geral (92) 3239-2300

Gabinete: (92) 3232-9960

E-mail: grpuam@planejamento.gov.br

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAPÁ - SPU/AP

Rua Odilardo Silva, nº2110 , Ed. Ilkas Araújo - 2º andar, Bairro Central - CEP: 68.900-151

Geral: (96) 3198 - 2734

Gabinete: (96) 3198-2726

E-mail: spuap@planejamento.gov.br

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA - SPU/BA

Rua da Polônia, Ed. Professor Orlando Gomes, Praça Conde dos Arcos, 5º andar - Comércio - Salvador/BA

CEP: 40.015 – 150

Geral: (71) 3319 - 1382 / 1389

Gabinete: (71) 3319-1355 / 1351

E-mail: spuba@planejamento.gov.br

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ - SPU/CE

Rua Barão de Aracati, nº 909, 9º andar - Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.115 - 080

Telefones:

Geral: (85) 3878 - 3701 / 3724

Gabinete: (85) 3878-3828

E-mail: grpuce@planejamento.gov.br



SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SPU/DF

SAN - Quadra 3, lote A, 2º andar, Ed. Núcleo dos Transportes (DNIT) - Brasília/DF  
CEP: 70.040 - 902

Telefones:

Geral: (61) 2020 - 2600

Gabinete: (61) 2020 - 2601

E-mail: spudf@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO - SPU/ES  
Rua Pietrangelo de Biase, nº 56, 7º andar, Ed. Ministério da Fazenda - Centro - Vitória/ES

CEP: 29.010 - 190

Telefones:

Geral: (27) 3211 - 5302 / 5303 / 5304

Gabinete: (27) 3211-5303

E-mail: spues@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM GOIÁS - SPU/GO

Rua 82 esquina com Rua 83 nº 179 - 3º andar - Setor Sul - 74083/010, Goiânia/GO.

CEP: 74.083 - 010

Telefones:

Geral: (62) 3901- 4350

Gabinete: (62) 3901-4333

E-mail: spugo@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO MARANHÃO - SPU/MA

Rua Oswaldo Cruz, nº 1618, Ed. Sede Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda - Canto da Fabril - São Luís/MA

CEP: 65.020-251

Telefone:

Geral: (98) 3218-7072 / 7077

Gabinete: (98) 3218-7071

E-mail: grpuma@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS - SPU/MG

Av. Afonso Pena, nº1316, Ala B, 11º andar - Centro - Belo Horizonte/MG

CEP: 30.130 - 003

Telefone:

Geral: (31) 3218 - 6047

Gabinete: (31) 3218-6047

E-mail: spumg@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO MATO GROSSO DO SUL - SPU/MS

Rua Joaquim Murtinho, nº 65 - Centro - Campo Grande/MS CEP: 79.002-100

Telefones:

Geral: (67) 3384 - 3188 / 3383 - 4040 / 3383 - 2358

Gabinete: (67) 3384-3190

E-mail: spu.ms@planejamento.gov.br



SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO MATO GROSSO - SPU/MT  
Av. Vereador Juliano da Costa Marques, nº 99 - Jardim Aclimação - Cuiabá/MT CEP:  
78.050 - 907

Telefone:

Geral: (65) 3615-2263

Gabinete: (65) 3615-2261

E-mail: spumt@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ - SPU/PA  
Av. Senador Lemos, Passagem São Luis, nº 4700 - Sacramenta - Belém/PA- CEP:  
66.123 - 650

Telefone:

Geral: (91) 3241-0417

Gabinete: (91) 3222-7173

E-mail: spupa@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA PARAÍBA - SPU/PB  
Av. Eptácio Pessoa, nº 1705 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP: 58.030-900

Telefones:

Geral: (83) 3216-4540

Gabinete: (83) 3216-4509

E-mail: spupb@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO - SPU/PE  
Av. Antonio Góes, nº 820, térreo - Pina - Recife/PE - 51.010-000

Telefone: (81) 3327-1488

E-mail: spupe@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PIAUÍ - SPU/PI  
Rua Almirante Gervásio Sampaio, nº 685 - Centro - Parnaíba/PI - CEP 64.200-250

Telefones:

Geral: (86) 3322-1461 / 3142 / 3321-2967

Gabinete: (86) 3321-1307

E-mail: spupi@planejamento.gov.br

POSTO AVANÇADO TERESINA - SPU/PI

Praça Marechal Deodoro, Ed. do Ministério da Fazenda, 6º andar, Teresina/PI- CEP:  
64.900-000

Telefone: (86) 3221-5600 / 3215-8017 / 3215-8096

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ - SPU/PR  
Av. Marechal Deodoro, nº 630, Ed. Itália, 7º andar - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80.010-  
010

Telefones:

Geral: (41) 3254 - 6365

Gabinete: (41) 3254 - 6365

E-mail: spupr@planejamento.gov.br



SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO - SPU/RJ  
Av. Pres. Antônio Carlos, nº 375, sala 514 - Castelo - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.020-010

Telefones:

Geral: (21) 3805 - 2178 / 2172

Gabinete: (21) 3805- 2500

E-mail: spurj@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE - SPU/RN

Rua Potengi, nº 529 - Petrópolis- Natal/RN - CEP: 59.020-030

Telefones:

Geral: (84) 3220-3500 / 3517

Gabinete: (84) 3220-3500 / 3501

E-mail: spurn@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL - SPU/RS

Av. Loureiro da Silva, nº 445, 10º andar, sala 1028 - Porto Alegre/RS - CEP: 90.013-900

Telefones:

Geral: (51) 3455-2088 / 2089

Gabinete: (51) 3455-2090 / 2065

E-mail: nap.rs@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA - SPU/RO

Av. Farquar, nº 2949 - Bairro Panair - Porto Velho/RO - CEP: 76.801-361

Telefones:

Geral: (69) 3216-8261/5208

Gabinete: (69)3216-8262

E-mail: spuro@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RORAIMA - SPU/RR

Avenida Ville Roy nº 7984 - Bairro São Vicente - Boa Vista/RR - CEP: 69.303-445

Telefones:

Geral: (95) 3224-7440 / 7921 / 7722 / 7894

Gabinete: (95) 3224-7750

E-mail: spu.rr@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA - SPU/SC

Praça XV de Novembro, nº 336 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88.010-400

Telefones:

Geral: (48) 3224-5399

E-mail: spusc@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SERGIPE - SPU/SE

Rua Pacatuba, nº 193 - Centro, Aracaju/SE - CEP: 49.010-150

Telefones:

Geral: (79) 3214- 3388

Gabinete: (79) 3214-5263

E-mail: spuse@planejamento.gov.br



SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP  
Av. Prestes Maia, nº 733, 3º andar - Luz - São Paulo/SP - CEP: 01.031-001  
Telefones:  
Geral: (11) 2113-2465 / 2594 / 2188  
Gabinete: (11) 2113-2676  
E-mail: spusp@planejamento.gov.br

ESCRITÓRIO DE UNIDADE DESCENTRALIZADA EM SANTOS - SPU/SP  
Endereço: Rua Augusto Severo, nº 7, 14º andar - Santos/SP. CEP: 01.101-019  
Telefone: (13) 3219-7699  
E-mail: erbs.spusp@planejamento.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO TOCANTINS - SPU/TO  
101 Sul, lote 3, AV. Joaquim Teotônio Segurado, Ed. Cartebien 7º andar, Palmas/TO -  
CEP: 77.015-002  
Telefones:  
Geral: (63) 3901-2220 / 2221 / 2224  
Gabinete: (63) 3901 - 2220  
E-mail: sputo@planejamento.gov.br

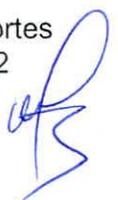
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO NO ACRE – SAMP/AC  
Endereço: Rua Benjamim Constant nº 1088, Bairro Cadeia Velha, Rio Branco-AC, CEP:  
69.900-062  
E-mail: samp.ac.depex@planejamento.gov.br  
Tel: 55 (68) 3212-3450/3469/3885 Fax: (68) 3224-5048

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO NO AMAPÁ – SAMP/AP  
Endereço: Rua Odilardo Silva nº 2110, Bairro Central, Amapá-AP, CEP: 68.900-151  
E-mail: samp.ap.depex@planejamento.gov.br  
Tel: 55 (96) 3198-2709/2707/2090

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EM RONDÔNIA – SAMP/RO  
Endereço: Av. Calama. nº 3775, Bairro Embratel, Porto Velho-RO, CEP: 76.820-781  
E-mail: samp.ro.depex@planejamento.gov.br  
Tel: 55 (69) 3217-5600/5682/5636 Fax: (69) 3217-5651

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EM RORAIMA – SAMP/RR  
Endereço: Rua Floriano Peixoto nº 214, Centro, Boa Vista, Roraima-RR, CEP: 69.301-  
320  
E-mail: samp.rr.depex@planejamento.gov.br  
Tel: 55 (95) 2121-2821/2815/2819/2800 Fax: (95) 2121-2842

DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS – DEPEX  
Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote "A", Ed. Núcleo dos Transportes  
(Prédio do DNIT), Portaria Sul, 2º andar, sala 22.43 – Brasília-DF, CEP: 70.040-902  
E-mail: depex@planejamento.gov.br  
Tel: 55 (61) 2020-2900/2609



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO - MP/DF

E-mail: [infrati-cgsti@planejamento.gov.br](mailto:infrati-cgsti@planejamento.gov.br)

Bloco K - Esplanada dos Ministérios - Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

CEP: 70040-906

Telefones: Geral: 2020 - 4205 / NOC: (61) 2020 - 4744

Bloco C - Esplanada dos Ministérios - Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

CEP: 70046-900

Telefones: Geral: (61) 2020 - 1538

SOF - SEPN 516, Bloco D, Lote 8

CEP: 70770-524

Telefones: Geral: (61) 2020-2000

